

Salário mínimo

Dos cinco deputados da região, um vota contra proposta do governo

Junji Abe foi o único a favor do aumento para R\$ 560. Iolanda e Boy votaram contra e os demais se abstiveram

Willian Almeida
Da reportagem local

A votação do novo valor do salário mínimo, fixado em R\$ 545 na quarta-feira passada na Câmara Federal, foi a primeira prova de fogo enfrentada pelos deputados da região. Dos cinco parlamentares que representam o Alto Tietê, somente o democrata Junji Abe votou a favor da emenda que concedia aumento de R\$ 560. De partidos da base governista, os deputados Iolanda Keiko Ota (PSB) e Valdemar Costa Neto (PR), o Boy, votaram contra a emenda. Já os deputados do Partido Verde, Guilherme Mussi e Roberto de Lucena, se abstiveram da votação em função de decisão tomada pela bancada do partido.

Para Junji, a vitória da situação somente confirmou a força que a União terá na Casa de Leis. Apesar disso, ele creditou a derrota da oposição a pressões e algumas ameaças, inclusive, feitas pelo próprio Executivo aos partidos da base governista que possuíam deputados inclinados ou decididos a votar pelo acréscimo de R\$ 15 em relação à matéria aprovada. Na avaliação do democrata, a oposição provou que era possível conceder os R\$ 15 a mais e que o valor não traria danos ao Orçamento deste ano.

"O primeiro teste da presidente Dilma Rousseff (PT), com a fixação do salário em R\$ 545, teve êxito porque ela e os ministros deixaram os aliados extremamente pressionados. As lideranças dos partidos foram pressionadas a não votarem além dos R\$ 545. A votação mostrou na prática a força do governo. Diversos deputados da base estavam decididos a votar nos R\$ 560, mas voltaram atrás na votação, principalmente na hora terminal das votações", disse.

Segundo Junji, a bancada do Democratas se reuniu com lideranças das centrais sindicais, "capitaneadas pelo deputado Paulinho da Força (PDT)", e se estabeleceu um acordo para a votação favorável aos R\$ 560. A desistência dos deputados que compunham estas bases é que, segundo Junji, evidenciou a pressão do governo aos partidos aliados.

Justificativa

O deputado Roberto de Lucena (PV) também explicou porque apesar de entender que os R\$ 560 fossem o valor ideal, decidiu se abster durante a votação.

"Há um acordo entre o governo e as frentes sindicais feito em 2007 que prevê a recomposição e o ganho real do salário mínimo. Este acordo teria sido quebrado com a aprovação dos R\$ 560. Acontece que ele sendo cumprido a médio e longo prazo produz benefícios ao trabalhador", explicou.

"Em 2012, acreditamos que o mínimo deva ir para o patamar de aproximadamente R\$ 650. Então, o PV se absteve porque entendeu que o acordo é importante de ser preservado. Além disso, porque não concordamos com a manobra regimental que criou outra propositura oportunista, mesmo achando que os R\$ 560 eram ideais", continuou.

A reportagem do Mogi News entrou em contato com os demais deputados da região - Iolanda, Mussi e Boy - para que os parlamentares comentassem sua votação, mas eles não foram localizados e não retornaram a ligação até o fechamento desta edição.